

RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

24 NOVEMBRO 2018



I.

A proposta de Orçamento do Estado para 2019 foi aprovada, na generalidade, com os votos favoráveis de PS, Bloco de Esquerda, PCP, PEV e PAN e a oposição das bancadas da direita. O OE 2019 respeita as posições conjuntas firmadas em 2015 e aprofunda o caminho de recuperação de rendimentos do trabalho e de inversão das políticas de austeridade da troika e do governo PSD/CDS. Para esse desfecho foi essencial a determinação negocial do Bloco de Esquerda, sem a qual não se teriam registado avanços tão significativos como a redução das propinas, os avanços no regime das longas carreiras contributivas, o direito à reforma antecipada dos trabalhadores das pedreiras, a prestação ponte para os desempregados de longa duração, o compromisso com o Estatuto dos Cuidadores Informais, a redução da fatura da eletricidade ou do IVA da cultura. Foi com base nessa avaliação que a Mesa Nacional determinou o sentido de voto favorável do Bloco de Esquerda.

A ruptura com a militância austeritária do governo das direitas, que se consubstanciou num desastre económico e social, não dissuadiu o governo minoritário do PS de manter a histórica obediência do partido às imposições europeias, que impedem o país de eliminar os seus verdadeiros défices estruturais - baixos níveis de investimento público e crónicas desigualdades sociais - e de se robustecer económica e socialmente para enfrentar futuros e inevitáveis choques e crises externos. A necessidade da renegociação da dívida pública e da rejeição do Tratado Orçamental, a par da alteração da legislação laboral para a reposição dos direitos do trabalho, continuam a ser absolutas prioridades nacionais, hoje como no pico da crise financeira. O adiamento destas soluções urgentes, seja pela crença de uma putativa conjuntura europeia mais favorável ou de trocar interesses nacionais pela campanha europeia permanente de Mário Centeno, é profundamente desaconselhável.

O último orçamento da legislatura entra na semana decisiva e o Bloco de Esquerda é a garantia da continuidade da política de recuperação de rendimentos e direitos de quem vive do seu trabalho.

PSD e CDS apresentaram-se neste debate orçamental com acusações de eleitoralismo, mas no processo de especialidade caiu na sua própria ratoeira, ao apresentar centenas de propostas antagónicas à sua própria prática governativa. O Bloco de Esquerda não permitirá este branqueamento das responsabilidades sociais e políticas de PSD e CDS, apontando o dedo à hipocrisia da grande maioria das propostas que apresentaram.

No debate na especialidade do Orçamento do Estado, o Bloco de Esquerda apresentou quase duas centenas de propostas que, podendo contribuir para melhorar a proposta inicial apresentada pelo Governo, respondem a áreas essenciais: defesa dos serviços públicos, em particular saúde, educação, cultura e transportes; proteção do direito à habitação e o combate à especulação; a justiça fiscal e o combate à criminalidade económica e à corrupção.

As propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda partem das negociações realizadas com o governo e superam algumas das limitações determinadas pelo PS. Servem ainda o propósito de ultrapassar a incapacidade do Governo de concluir a negociação sindical para o descongelamento das carreiras dos professores, em cumprimento do estabelecido no OE 2018: respeito pelo tempo de serviço. O Bloco de Esquerda apresentou a proposta de descongelamento em 5 anos, com respeito integral pelo tempo de serviço e com mínimos de 20% ao ano na expressão remuneratória do descongelamento para todos os trabalhadores dos corpos e carreiras especiais da administração pública. A proposta do Bloco prevê ainda a conversão do tempo de serviço não contabilizado em antecipação da idade da reforma, nos casos em que o trabalhador tenha direito à aposentação antes do fim do período de descongelamento.

O Orçamento do Estado para 2019 não encerra os compromissos assumidos para esta legislatura. No pós Orçamento, o Bloco de Esquerda empenha-se nos dossiers ainda em aberto na especialidade e que respondem a problemas centrais do país: Legislação Laboral, Lei de Bases da Saúde, Estatuto dos Cuidadores Informais, Regime de Arrendamento Urbano e

Entidade da Transparência. Dará ainda prioridade à efetivação do Plano Ferroviário Nacional, aprovado como recomendação ao governo e nunca concretizado, e combaterá o processo de descentralização de serviços públicos fundamentais, que devem ser responsabilidade coletiva e solidária, única forma de promover coesão territorial e social.

II.

O recém-eleito Presidente de Angola, João Lourenço, tem procurado afirmar um discurso público e um posicionamento retórico de aparente ruptura com o regime despótico, cleptocrático e corrupto que José Eduardo dos Santos protagonizou, com a estreita colaboração da elite económica e política portuguesas, durante quase quatro décadas.

O Bloco de Esquerda regista a expectativa do povo angolano nestas manifestações de vontade e espera que elas se traduzam em ações concretas no sentido da efetiva democratização das instituições e sociedade angolanas, no respeito pelos direitos humanos e na construção de um Estado de Direito respeitador dos anseios e reivindicações do povo angolano.

Não deixamos, contudo, de evidenciar a nossa atenção vigilante e manifestar a nossa preocupação com as recentes notícias sobre a violenta repressão policial de manifestações pacíficas, que põem em causa os mais elementares direitos democráticos.

III.

A luta dos estivadores contra a precariedade e o trabalho à jorna, pela liberdade sindical e pelo direito à greve é um combate decisivo quer do ponto de vista estritamente laboral quer do ponto de vista democrático. No setor de estiva tem-se testado um modelo de precarização extrema das relações laborais, de que o Porto de Setúbal é um exemplo expressivo com 90% de trabalhadores eventuais, com contratos ao dia. A expansão desse modelo só tem sido travado pela unidade dos estivadores e pela capacidade do seu sindicato de conduzir processos de luta e ampliar solidariedades quer a nível nacional quer internacional.

Em lugar de encontrar uma solução para os portos, designadamente o de Setúbal, promovendo a negociação entre as partes e um contrato coletivo capaz de reconhecer o vínculo aos trabalhadores precários, o Governo optou por colaborar com as empresas de

trabalho portuário numa manobra de substituição de trabalhadores em luta e de boicote ao exercício de direitos, mobilizando a Polícia de Intervenção para proteger as empresas que querem perpetuar o trabalho à jorna.

O argumento formal de que estes trabalhadores eventuais não se encontravam a exercer o direito à greve (direito que lhes é negado por lhes ser negado qualquer vínculo estável) só reforça o que está em causa. Se a estratégia destas empresas não for derrotado, é próprio edifício de direitos constitucionais associados ao trabalho que é posto em causa.

Por isso, o Bloco solidariza-se com a luta dos estivadores e exige do Governo que promova um processo negocial para a vinculação dos precários do Porto de Setúbal e dos outros portos nacionais.

IV.

A tragédia do colapso de um troço da EN 255 em Borba, que vitimou trabalhadores de uma das pedreiras e automobilistas, tem responsáveis. O perigo de aluimento estava identificado desde 2014 e nem as autoridades locais nem as nacionais agiram.

O Bloco de Esquerda está solidário com as famílias das vítimas, com os trabalhadores e populações afectadas e o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda requereu presença no Parlamento, com carácter de urgência, de várias entidades públicas e dos membros do Governo responsáveis pelo licenciamento e fiscalização das pedreiras.

V.

A violência contra as mulheres continua, todos os dias, a destruir vidas e a matar inocentes. A ferir a sociedade naquilo que são os valores da liberdade, da igualdade, da justiça e da democracia. A violência doméstica e a violação sexual manifestam-se como as formas mais violentas da opressão e dominação sobre as mulheres, mas não podemos esquecer também, em todo o mundo, práticas como a mutilação genital feminina, os casamentos forçados ou os crimes de honra.

Em 2018, o homicídio em contexto de violência doméstica continua a ser o crime que mais mata em Portugal. Até 20 de novembro deste ano, registaram-se 24 femicídios em contexto de intimidade ou de re-

lações familiares próximas. Se se atender aos últimos 14 anos, altura em que foi criado o Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR, foram cerca 500 as mulheres vitimadas pelos seus atuais ou antigos companheiros. 92% destes assassinatos foram perpetrados em contexto doméstico e 8% na via pública.

A participação de crimes de violação registou um aumento de 22% em 2017, face ao ano anterior. Denunciamos e recusamos esta persistente desvalorização e legitimação da violência sobre as mulheres, a desculpabilização dos agressores, a responsabilização das vítimas. Dar força a este combate passa também por as mulheres ocuparem o espaço público, dar visibilidade a todas as vítimas e por denunciar a conivência e recusar a apatia.

A 25 de novembro assinala-se o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que dará palco a iniciativas públicas de combate e denúncia deste flagelo social, em vários pontos do país, e às quais o Bloco de Esquerda se associa inteiramente.

VI.

O Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, assinalado a 3 de dezembro é promovido desde 1992, pela Organização para as Nações Unidas (ONU). A data tem como principal objetivo a motivação para uma maior compreensão dos assuntos relativos às pessoas com deficiência e a mobilização para a defesa da sua dignidade, direitos e bem-estar.

Em 2016, por iniciativa do Bloco foi aprovada a realização de projetos-piloto de Vida Independente. No mesmo sentido, será reforçada a dotação da Prestação Social para Inclusão. No âmbito do OE 2019, o Bloco apresentou um pacote de propostas que têm em vista o reforço dos direitos das pessoas com deficiência. A luta pela autodeterminação das pessoas com deficiência e da dignificação da sua condição de cidadãos de pleno direito fazem parte do ADN político do Bloco de Esquerda e constituem um compromisso permanente da sua ação política.

VI.

Realizam-se este fim-de-semana os IV Encontros Internacionais Ecosocialistas. O Bloco de Esquerda, sendo uma das forças organizadoras destes encontros, reafirma o seu compromisso com os coletivos,

movimentos, sindicatos, organizações políticas e ativistas que se juntam em Lisboa para reivindicar as transformações que respondem pela justiça social e pelo respeito ambiental.

VII.

O Conselho Europeu reúne-se este domingo para assinar a saída do Reino Unido da União Europeia. O referendo que levou ao Brexit, conduzido desde o primeiro momento pela direita britânica, congregou sentimentos dispersos e votos de diferentes quadrantes. À crítica da União Europeia e das suas instituições juntou-se uma campanha que, tendo origem na extrema-direita e sendo incorporada pela radicalização do Partido Conservador, alimentou o discurso xenófobo em defesa do endurecimento das fronteiras e da política contra os migrantes. O Brexit representou, por isso, uma vitória das forças que o promoveram. Mas significou também uma derrota das instituições europeias e do seu projeto de retrocesso social e económico.

O referendo de 2016 realizou-se num contexto de desagregação do projeto europeu e de profunda descredibilização das instituições da UE. Da imposição da agenda económica de Margaret Thatcher à capitulação neoliberal de Tony Blair, passando pelo crescimento do nacionalismo conservador, os sucessivos responsáveis britânicos foram, ao longo das últimas décadas, o espelho do recuo do projecto de uma Europa solidária.

Fruto da agenda das elites europeias e graças à cederência da terceira via e dos socialistas europeus, assistimos ao aprofundamento da divergência entre os estados, à ameaça de austeridade e sanções como regra da ingerência sobre alguns desses estados, ao desmantelamento dos Estados sociais europeus. E assistimos, em consequência, ao crescimento de uma extrema-direita que, não querendo ser alternativa económica, faz do ódio a sua política.

Se o processo do Brexit mostrou o desnorte das instituições europeias, os anos que se seguiram não revelaram qualquer alteração significativa. É hoje evidente que a obstinação da liderança da União Europeia em impor uma agenda de extremismo neoliberal, conjugada a uma crescente militarização e à incapacidade de responder à desintegração acelerada pela saída do Reino Unido, colocaram a UE num labirinto sem fim à vista.

Findo o prazo de vigência do acordo intergovernamental que institui o Tratado Orçamental, e no momento em que se prepara a saída do Reino Unido, a Comissão Europeia aproveita para dar mais um golpe antidemocrático ao emitir uma comunicação para a integração do Tratado Orçamental no direito comunitário sem proceder a qualquer a qualquer consulta dos parlamentos nacionais. No dia 27 de novembro decorrerá o primeiro voto no Parlamento Europeu. O Bloco de Esquerda apresentou uma proposta de rejeição da integração do mesmo.

O Bloco de Esquerda apresentará às eleições ao Parlamento Europeu de 2019 uma candidatura e um programa concentrados na recuperação do emprego, na dignificação do trabalho e dos serviços públicos, na luta contra as alterações climáticas, pelos direitos das mulheres e na recusa da Europa fortaleza e na solidariedade entre os povos. A Mesa Nacional, reunida a 24 de novembro, indicou por unanimidade e por voto secreto, Marisa Matias para cabeça de lista da sua candidatura europeia, ratificando a proposta anunciada na XI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda.